

Terça-Feira, 16 de Dezembro de 2025

Turistas e guias entram em gruta interditada há 20 anos em MT e são denunciados

O local está interditado desde 2002 devido à degradação da área

POR G1MT

Treze turistas e dois guias foram notificados pela fiscalização ambiental após entrarem na Gruta da Lagoa Azul ilegalmente, em [Nobres](#), a 151 km de Cuiabá. [A gruta está interditada desde 2002](#) devido à degradação da área.

O caso ocorreu na última quinta-feira (23), mas ganhou repercussão neste final de semana, depois que imagens dos turistas começaram a ser compartilhadas nas redes sociais.

De acordo com a gerência regional do Parque Estadual Lagoa Azul, o grupo de visitantes foi encontrado enquanto os agentes da unidade realizavam uma fiscalização de rotina na gruta. Aos agentes, os turistas alegaram estar realizando turismo sob a orientação de guias locais.

Devido à situação, os turistas e guias foram notificados. Além disso, um boletim de ocorrência foi registrado relatando a visitação ilegal. A gerência do parque informou que a ação reflete o “aumento da fiscalização na região, que tem como objetivo coibir a frequente visitação irregular à Lagoa Azul”.

As autoridades responsáveis pela notificação pediram aos moradores e turistas que respeitem as restrições de acesso e aguardem a conclusão das obras.

Em março de 2024, o [g1](#) mostrou que [diversas denúncias foram registradas contra guias clandestinos](#) por promoverem passeios irregulares na gruta, sem informar os turistas sobre a proibição. Na época, valor da visita chegava a custar R\$ 250 por pessoa. Em 2023, o jogador Deyverson, e a esposa dele, também visitaram a gruta. À época, o jogador compartilhou fotos do passeio romântico nas redes sociais.

Conforme relatos de pessoas que visitaram o local, não há placas informando sobre a interdição. A presidente do Conselho de Turismo de Nobres, Marcy dos Reis, disse que a instituição cobra do estado que conceda a administração da área à iniciativa privada ou ao Poder Público Municipal para evitar maiores danos, já que, segundo ela, os guias clandestinos arrancam as placas que informam sobre a restrição.

De acordo com o Ministério Público, o acompanhamento das denúncias é complicado devido à extensão territorial da região e das estratégias usadas pelas pessoas para burlar a lei.

A área foi fechada por determinação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama). Desde então, o processo passou a ser de responsabilidade da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema).